

CAMPO, CIDADE, URBANO E RURAL: CATEGORIAS E REPRESENTAÇÕES

Carla Cristiane Nunes¹ - UFJF/Instituto Metodista Granbery
carlacrisnunes@gmail.com

Vicente Paulo dos Santos Pinto (orientador)² - UFJF
vipaulo@terra.com.br

RESUMO:

A discussão em torno das categorias campo, cidade, rural e urbano tem sido o foco de muitos pensadores contemporâneos das diversas áreas do conhecimento e tem obtido lugar de destaque na Geografia. Campo e rural são sinônimos? Cidade e urbano tem o mesmo sentido? O presente artigo é um esforço teórico construído nos caminhos da pesquisa “**‘É muito difícil você ver uma carroça no centro da cidade’: Crianças de Juiz de Fora (MG) e suas representações de cidade e campo**”³ e propõe-se a discutir – com base em pensadores como Milton Santos e Henri Lefebvre – campo, cidade, rural e urbano como complexas categorias geográficas. Sob outro viés, o trabalho também mostra essas mesmas categorias como representações sociais. Como que historicamente tais realidades socioespaciais e suas populações vem sendo representadas? Como essas representações se constituíram? É o inglês Raymond Williams, crítico marxista, que traz importantes contribuições nesse momento. Finalmente, focalizando as representações brasileiras e os tipos humanos delas advindos, Jeca Tatu e Chico Bento, personagens criados por dois importantes escritores brasileiros, entram em cena.

Palavras-Chave: Campo. Cidade. Urbano. Rural. Categorias. Representações.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora do Curso de Pedagogia do Instituto Metodista Granbery.

² Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma Instituição. Orientador da pesquisa.

³ Dissertação de Mestrado defendida pela autora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora em março de 2009.

Introdução

‘Campo’ e ‘cidade’ são palavras muito poderosas.

Raymond Williams

A reflexão sobre as categorias campo, cidade, rural e urbano é um ponto de convergência de muitos pensadores contemporâneos, contudo, essas análises vêm sendo feitas sob perspectivas muito diferenciadas.

Alguns autores falam de uma urbanização completa da sociedade como um processo que inclui o campo, outros vêem no “novo rural” a saída para um mundo que não existe mais e que precisa se modernizar, há também aqueles que apostam na recriação do campo e do campesinato, como forma de resistência ao sistema capitalista, ainda outros anunciam a morte do rural, considerando o campo e o camponês como elementos de uma vida pretérita.

A discussão que levanto é referente às conceitualizações, em face das muitas divergências entre autores do que seja a cidade e o campo, o urbano e o rural. Assim, como ao meu referencial, a partir de uma revisão de literatura, autores que refletem, sobretudo, a partir de teóricos como Henri Lefebvre e Milton Santos.

Finalizo mostrando campo e cidade, rural e urbano sob um outro aspecto. Se, até então, minha discussão privilegia as categorias em seu viés acadêmico, nesse momento o foco se volta para as representações sociais historicamente construídas sobre esses arranjos socioespaciais e suas populações.

1 O campo brasileiro: Modernização e resistência

O campo e o rural não foram extintos com o capitalismo. Tal afirmação pode ser encontrada nas reflexões do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em especial sua obra *Modo de Produção Capitalista e Agricultura*, escrita em 1986, onde o autor faz um retrospecto com o objetivo de compreender o campo e o camponês no século XX, mostrando como o próprio capital cria e recria as condições para suas existências. Mas, e no Brasil, dito predominantemente urbano, eles ainda são realidade?

Voltando o olhar para o campo brasileiro, cuja concentração de terras remonta à sua colonização pelos europeus, posso dizer que este é afetado pela lógica capitalista, de modo mais sensível e contundente, a partir da segunda metade do século XX. Na década de 1960, o Brasil inaugura uma era de modernização da agricultura, que tem repercussões profundas no campesinato, lançando sobre ele as mesmas incertezas que inquietaram os europeus e foram temas de reflexões de muitos de seus teóricos.

Segundo Santos (2007) é a partir deste momento que as relações capitalistas de produção vão se territorializando no campo, resultando em maior concentração fundiária e de renda, e, assim, abrindo precedentes para a resistência campesina e o surgimento de movimentos de luta pela terra.

O chamado processo de modernização que ganha espaço em meados de 1960 no campo, baseado na tecnologia, nos incentivos estatais e na produção industrial, atinge características conservadoras e contraditórias à medida que não cria mais empregos no campo, ao invés disto, expropria o pequeno produtor e acentua o processo migratório entre campo e cidade.

A Revolução Verde, movimento acontecido na agricultura com vistas no aumento de produtividade nos campos do mundo inteiro, também marca o processo de modernização rural em nosso país, fazendo do Brasil um dos maiores produtores de grãos (SANTOS, 2007, p. 46). A partir do uso de insumos químicos, como fertilizantes e pesticidas, investimento de novas técnicas no sistema de irrigação, substituição de métodos de preparação da terra, plantio e colheita por outros mecanizados, e ainda, com o apoio da genética, o campo brasileiro alcança a modernização e conquista o mercado externo.

Balsan (2006) entende que tais modificações na estrutura produtiva camponesa geram uma série de efeitos na vida das populações rurais, que vão desde as alterações ambientais, até as econômicas e sociais. Esses se intensificam pelo não-acesso da maior parte dos camponeses a quaisquer das inovações, o que muitas vezes até mesmo impossibilita a permanência do pequeno produtor na terra.

As mudanças apontadas remetem - me a Santos (2000, p. 89-90). O autor declara que

Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização [...]

[...] a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair.

[...] forma-se no mundo rural em processo de modernização uma nova massa de imigrantes, que tanto podem se dirigir às cidades quanto participar de novas frentes pioneiras [...].

Frente às colocações do referido autor, é possível afirmar que a agricultura passa a operar com outros matizes, torna-se submissa ao mercado quando sua produção é direcionada por ele. Isso pode até resultar num aparente desenvolvimento rural, mas que, na realidade, é uma falácia, visto que este “desenvolvimento” leva à falência, e até à miséria, àqueles produtores que não podem se adequar aos novos tempos, conforme alerta Brum apud Alves e Silveira (s/d, p.12).

Prova deste pseudo-desenvolvimento é o êxodo rural. Do interior das regiões mais afetadas pela modernização, saíram as maiores levas de camponeses rumo às metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, o que não aconteceria se este desenvolvimento do meio rural tivesse um caráter mais equânime.

De acordo com Balsan (2006), o campo passa a abrigar uma dualidade causada pelo processo de modernização. De um lado tem-se um campo rico e de outro um campo em vias de miséria. Situação propiciada pelas “[...] enormes e cada vez mais profundas desigualdades existentes entre a grande e a pequena exploração agrária, e entre a agricultura de abastecimento interno e a agricultura de exportação” (GUIMARÃES apud BALSAN, 2006, p.132).

Um dos resultados da aludida dualidade tem repercussão direta na vida dos camponeses, refere-se às situações de trabalho. A manutenção de uma classe detentora dos meios de produção pressupõe o não-acesso de uma outra a esses meios. Neste ínterim, surgem os trabalhadores temporários, muitas das vezes ex-pequenos produtores, que no contexto da agricultura capitalizada perderam suas terras e tornaram-se “bóias frias” ou outro tipo de trabalhador temporário.

Santos (2007) chama este trabalhador de desterritorializado pela agroindústria. O camponês, num primeiro momento, até busca subsídios para tentar manter-se na terra e competir com a indústria monopolista, mas logo é vencido pelos juros altíssimos dos subsídios e os baixos preços oferecidos pelo mercado aos seus produtos, o que lhe obriga a vender a terra.

Cria-se a situação perfeita para o surgimento dos chamados Complexos Agroindustriais (CAI's). Os CAI's brasileiros só se tornam possíveis a partir da concentração de terras somada com políticas de crédito.

Com relação a estes CAI's, Rua (2006) declara que o Estado ao viabiliza-los e favorecer o empresariado rural, o faz em detrimento dos camponeses produtores familiares, assim, privilegia a agricultura de exportação enquanto relega a produção para o mercado interno, a denominada agricultura de subsistência, a um plano inferior. Os pequenos agricultores (proprietários ou não) são considerados como incapazes de acompanhar o progresso técnico, econômico e social.

Santos (2007, p. 49) denuncia:

[...] é destaque o papel do aparelho governamental, que apropriado pela classe detentora dos meios de produção, travestida dos poderes do Estado, criam condições particulares para a aquisição de benefícios. Nesse sentido, a modernização da agricultura, expressa pela consolidação dos CAI's, aponta para uma centralização ainda maior da produção e para a manutenção de seu caráter excludente.

Com terra e renda concentradas, de produtores residentes, os camponeses expulsos da terra tornam-se assalariados, empregados sazonais - visto às inovações dispensarem mão de obra durante todo o ano, e tantas vezes, miseráveis das cidades brasileiras. Políticas Públicas eficientes para manter a autonomia de produção do camponês inexistem sem a intervenção dos movimentos sociais, protagonistas na recriação do campesinato brasileiro no interior do modo de produção capitalista.

[...] o Estado [...] tem mantido os velhos pactos entre os setores do bloco hegemônico, contando sempre com a resistência, algumas vezes manifestada com violência, desses camponeses que desenvolvem estratégias de sobrevivência particulares ou coletivas, quando integrados a movimentos sociais rurais (embora não exclusivamente com contingentes rurais) como o MST, o de maior expressão até o momento (RUA, 2006, p.85).

Mas o que é campo, cidade, rural e urbano? Como essas categorias são definidas no Brasil? A seguir, de forma sucinta, apresento algumas considerações.

2 As categorias Cidade, Campo, Urbano, Rural

Ao iniciar esta discussão concernente às categorias cidade, campo, urbano e rural, não estou buscando definições absolutas, fechadas, mas, tentando organizar uma reflexão sobre algo que tem sido foco de um debate intenso entre cientistas das diversas áreas do conhecimento.

O que separa ou diferencia a cidade do campo? Qual o limite entre eles? Tais questões são muito pertinentes diante do critério de classificação do que é cidade no Brasil, e frente aos apontamentos para um “novo rural”.

Enquanto na antiguidade, as primeiras divisões do trabalho diferenciam cidade e campo, facilitando a delimitação dos mesmos, e, no medievo, os muros eram característica essencial da demarcação, cercando a cidade e separando-a do campo, na modernidade, definir limites entre um e outro é tarefa complexa, pois estes tendem a desaparecer fisicamente (ENDLICH, 2006).

Frente ao desenvolvimento de atividades distintas das tradicionais no campo, muitos estudiosos acreditam no nascimento de um novo rural e a partir disto formulam suas teorias para pensar as novas funções que acreditam serem atribuídas ao campo. Porém, antes de pensar no novo rural, é fundamental estabelecer o que é rural, para, enfim, concluir: “[...] será que o novo rural é realmente rural?” (ENDLICH, 2006, p.12).

No contexto brasileiro, o fundamento utilizado para definir o que é cidade é um Decreto - Lei instituído pelo Estado Novo em 1938⁴. O Decreto-Lei 311 aponta como cidade a área do Distrito Sede, independentemente das relações que se estabelecem no espaço em questão (BERNADELLI, 2006). Se a cidade é definida como sendo a área do Distrito Sede, logo, o campo é o que não é cidade.⁵

Veiga (2002) traz críticas ao critério (ou falta de critério) do Decreto - Lei 311/1938 para definir o que é cidade no Brasil, considerando-o como puramente formal, não condizente com a realidade brasileira. O autor procura demarcar bem o que é urbano e o que é rural, considera estes conceitos sinônimos de cidade e campo, respectivamente, e afirma que o Brasil é muito menos urbano do que mostram os dados estatísticos.

Diante da carência de uma definição mais criteriosa do que é cidade no Brasil, fazem coro, juntamente com Veiga (2002), muitos teóricos que não coadunam com o Decreto-Lei 311/1938. Assim, conforme Endlich (2006), existem vários juízos utilizados no tratamento e caracterização do rural e do urbano além do oficial. Dentre os critérios, além da classificação formal baseada nos limites oficiais que utiliza a delimitação administrativa, a autora destaca outros, como o que se fundamenta na demografia, considerando os números da população absoluta, também o que se baseia na densidade demográfica e ainda o que considera a ocupação econômica da população para definir o que é cidade e o que é campo.

⁴ É importante acrescentar que essa é a definição legal desde 1938 utilizada pelo IBGE, contudo, a partir de 1988 são as Prefeituras Municipais que definem o que é rural e urbano nos limites de seus municípios.

⁵ As vilas também são consideradas urbanas. Assim, o urbano pela definição oficial corresponde às cidades e vilas. O restante do município é o rural.

Veiga (2002), por exemplo, ao reprovar o critério de definição do que é cidade no Brasil como puramente formal, defende que para mensurar o grau de urbanização brasileira é preciso levar em consideração o número de habitantes de determinada localidade e também a atividade econômica a que ela se dedica.

Todavia, todas estas classificações podem ser tidas como refutáveis, visto que desconsideram a complexidade da realidade, baseando-se na forma. Para apontar isto Endlich (2006) coloca que o critério da demografia não leva em conta, por exemplo, que aglomeração não revela modo de vida. Já a densidade demográfica por si só não pode caracterizar o que é cidade, devido nesta também existirem vazios demográficos. E no que diz respeito a ocupação econômica, é importante lembrar que o rural não está voltado apenas às atividades primárias e, por sua vez, estas também estão presentes na cidade.

Caminhando em outra direção, Endlich (2006) defende, embasada em autores como Beaujeu-Garnier, Wirth, Lefebvre e Milton Santos, a cidade como centralidade, como um núcleo que exerce influência sobre o entorno, indicando que o urbano estende-se para além da cidade. Neste sentido, o urbano é muito mais do que a forma, o urbano é conteúdo, é modo de vida, que ultrapassa as fronteiras da cidade, atinge o campo e supera o rural. Logo, cidade e urbano são conceitos distintos, assim como campo e rural também o são.

Diante dessas colocações é possível afirmar, juntamente com Endlich (2006) e discordando de Veiga(2002), que o Brasil é ainda mais urbano do que declaram as estatísticas, considerando que o urbano compreende a cidade e como um modo de vida ultrapassa seus limites.

Sobarzo (2006) assinala que apesar da crítica de Veiga (2002) à definição político-administrativa, ao elaborar uma outra saída, este continua preso à forma, não levando em conta as relações sociais estabelecidas no espaço de análise. Sobarzo (2006) adiciona que, em seu livro, Veiga (2002) fala do surgimento de um “novo rural”, defende o investimento em políticas públicas para atender a nascente demanda, contudo, sem preocupar-se com o que há de realmente rural no “novo rural”, ou melhor, com o que há de conteúdo rural.

Entendo que Endlich (2006) e Sobarzo (2006), ambos influenciados pelo francês Henri Lefebvre, se aproximam ao compreenderem o rural e o urbano como modos de vida, como conceitos relacionais que contemplam cultura, costumes e hábitos, e assim vão além do território, da materialidade. Os autores convergem ao considerarem o “novo rural” como não – rural, visto que é criado por uma demanda da cidade e só tem aparência de rural.

Com relação a isto, Rua (2006, p.83) afirma que, além do campo já vir sendo considerado como mercadoria capaz de produzir outras, por intermédio do trabalho, e gerar renda também através da especulação, atualmente, a natureza e as “atratividades” do campo são mercadorias valiosas. O autor assegura que este não é um “novo rural”, e sim novas imagens, novos sentidos para este espaço “que mantém a visão produtivista, até agora dominante, mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e rural e entre a cidade e o campo” (p.85).

Estas considerações levam Rua (2006) a defender a idéia de “urbanidades no rural”, que segundo o autor difere daqueles que falam de uma “urbanização do rural”. Esta levaria ao desaparecimento do rural que se

tornaria urbano, enquanto aquela preservaria as especificidades do rural, contudo, considerando-o como um território híbrido, onde urbano e rural interagem.

Rua (2002, p. 33-34), em momento anterior, já defendia a permanência do rural:

Para nós não se trata do fim do rural destruído pela urbanização homogeneizadora, [...] chamamos atenção para o processo de desenvolvimento do capitalismo que se dá de maneira desigual no espaço [...] O rural, ao guardar especificidades das práticas espaciais de suas populações, garante (e, em alguns casos, fortalece) a identidade territorial que, mesmo submetida às lógicas difundidas a partir da cidade, ainda permite a essas populações uma certa autodeterminação.

Lefebvre (1969) aposta numa sociedade urbana em constituição. O teórico acredita que esta sociedade tem suas origens no processo de industrialização quando a superação da precariedade foi possibilitada pela evolução tecnológica. Contudo o autor lembra que nem toda sociedade tem acesso aos meios necessários para vencer tal precariedade, logo, a chamada sociedade urbana é uma projeção, uma virtualidade. Tal sociedade refere-se à qualidade de vida, qualidade nas relações humanas e, assim, está muito distante de concretizar-se, é uma realidade não concluída.

Sobarzo (2006) aponta que dicotomizar urbano-rural não é a melhor leitura de Lefebvre pois este pensador considera o urbano como sociedade em formação que inclui o rural, sendo que urbano e rural são conteúdos sociais diferenciados que assim tendem a permanecer. No entanto, cidade e campo, enquanto formas, materializações, apesar de terem guardado grandes diferenças entre si no passado, hoje, diante do “crescimento das forças produtivas e de novas relações de produção”, se aproximam e a oposição entre eles atenua-se (SOBARZO, 2006, p.55).

Chamo a atenção para Lefebvre e para autores que fazem reflexões a partir dele, pois percebo que embora estes defendam a teoria da sociedade urbana, não negam o rural, não apontam para o fim do campesinato. No contexto de novas relações entre campo e cidade, supera-se a oposição entre eles, o campo incorpora as tecnologias da cidade e reorganiza suas formas por conta das novas relações de produção, no entanto estas não exterminam as atividades agrícolas. Assim, cidade e campo continuam existindo, contudo, não mais sob o viés da dicotomia devido às novas relações entre eles.

3 As representações sociais de campo e cidade

O que é campo e o que é cidade? A mesma pergunta mantém sua centralidade, conquanto numa perspectiva distinta da que foi tratada até o momento.

Meu interesse até aqui recaiu sobre as categorias campo, cidade e rural, urbano sob o ponto de vista acadêmico, de forma que fiquei restrita às produções científicas sobre o tema. Nesse instante, quero trazer para o centro do debate os conceitos de campo e cidade erigidos socialmente.

Conforme Jodelet (2001), a representação social é conhecimento socialmente elaborado e compartilhado por dado grupo, é ideológica e circula nos discursos. Sendo o saber do senso comum, se diferencia do conhecimento científico, mas, como esse, é objeto legítimo de estudo. Na modernidade, as mídias têm importante intervenção em sua elaboração, o que se dá de forma muitas vezes manipuladora ao veicular mensagens e imagens.

É importante atentar para o fato de que essas ditas construções do senso comum não vêm dissociadas do contexto em que se levantam e das influências que esse exerce. Para essa reflexão, escolhi Raymond Williams (1921-1988) um crítico marxista inglês. Em 1973⁶, ele publicou a obra *O campo e a cidade na história e na literatura*, defendendo campo e cidade como representações sociais, dada a força das representações no entendimento do que sejam esses espaços.

Posteriormente, mostro dois exemplos brasileiros de representações associados ao campo, Jeca Tatu de Monteiro Lobato e Chico Bento de Maurício de Souza, personagens que com suas características definem o “homem rural” brasileiro.

3.1 “ ‘Campo’ e ‘Cidade’ são palavras muito poderosas”⁷

Para Williams (1989), o modo de produção capitalista é o processo que engendrou a grande parte da história conhecida de campo e cidade. Nesse sentido, ele busca analisar o contexto em que as idéias de campo e cidade são construídas e o que está associado a essas idéias.

Raymond Williams está em sua obra, sendo possível reconhecê-lo nas entrelinhas, como ele próprio expõe. Além de trazer uma densa análise sobre as representações de campo e cidade – comunidades humanas repetidamente contrastadas, segundo ele - pela sociedade inglesa através dos séculos pós-Revolução Industrial, o autor parte de uma experiência pessoal como neto de trabalhadores rurais. O ponto de partida de sua análise é sua vivência na aldeia onde nasceu em 1921 entre a Inglaterra e o País de Gales. Compartilhando uma representação pessoal de campo e do modo de vida rural, arraigada em suas vivências, Williams (1989, p. 13) diz

[...] devo dizer que para mim a vida rural tem diversos significados. São os olmos, os pilriteiros, o cavalo branco no campo que vejo pela janela enquanto escrevo. São os homens na tarde de novembro, voltando para casa depois da poda, as mãos enfiadas nos bolsos dos casacos cáqui; e as mulheres de lenço na cabeça, paradas às portas das casas, esperando pelo ônibus azul que as levará para o campo, onde trabalharão na colheita durante o horário escolar. É o trator descendo a estrada, deixando a marca denteada dos

⁶ Traduzida para a Língua Portuguesa por Paulo Henriques Brito e publicada pela editora Companhia das Letras em 1989.

⁷ (WILLIAMS, 1989, p.11)

pneus na lama; é a luz acesa na madrugada, na criação de porcos do outro lado da estrada, no momento de um parto; o caminhão lerdo na curva fechada, repleto de carneiros amontoados na carroceria; o cheiro forte do melaço na forragem. É a terra estéril, de argila saibrosa, não muito longe daqui, que está sendo loteada para a construção de casas, ao preço de 12 mil libras o acre.

A Inglaterra, considerada precursora na chamada Revolução Industrial, é o foco de estudo de Williams (1989). Ela é afetada bruscamente pelas transformações nas relações campo e cidade quando o campesinato tradicional é mui rapidamente suprimido por uma agricultura moderna e multidões de camponeses são expulsas das propriedades. Contudo, segundo Williams (1989), apesar de seus estudos estarem voltados às experiências inglesas, algumas vistas e vividas por ele, suas análises e constatações extrapolam seus limites.

Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação (WILLIAMS, 1989, p. 11).

As inovações absorvidas amplamente pela cidade, e ao mesmo tempo tendo essa como seu berço, aumentaram a lacuna entre campo e cidade. O campo é associado a uma imagem do passado, enquanto a cidade era a visão do futuro, o retrocesso *versus* o progresso.

Não obstante, contrastando com essas representações de grupos humanos diversos em momentos históricos distintos, que podem ser chamadas de consensuais, a realidade histórica, como assegura o autor é bastante variada. Assim, muitas vezes quando se confronta a representação com a realidade essas não correspondem uma a outra.

As práticas e formas de organização do campo e da cidade são diversas, contudo as representações que existem de campo e cidade não obedecem a essa diversidade e trazem características muito recorrentes.

A ‘forma de vida campestre’ engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais –, e sua organização varia da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifúndios e *plantation* às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais. Também a cidade aparece sob numerosas formas: capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto e armazém, base militar, pólo industrial. O que há em comum entre as cidades antigas e medievais e as metrópoles e conurbações modernas é o nome e, em parte, a função – mas não há em absoluto uma formação de identidade. Além disso em nosso

próprio mundo, entre os tradicionais extremos de campo e cidade existe uma ampla gama de concentrações humanas: subúrbio, cidade-dormitório, favela, complexo industrial [...]

Apesar de todas estas diferenças, persistem certas imagens e associações [...] (WILLIAMS, 1989, p.11-12).

Como pontuado em momento anterior, o autor chama a atenção para a significativa experiência inglesa - primeira comunidade humana a ser considerada predominantemente urbana – visto que uma das grandes transformações nas relações campo e cidade ocorreu na Inglaterra.

A Revolução Industrial ocasionou o surgimento de um novo campo e uma nova cidade, praticamente extinguiu o campesinato tradicional e relacionou o conceito de desenvolvimento à vida urbana e às benesses outorgadas por ela. Contudo, a força das representações mostra-se resistente a essas modificações, de tal forma que, mesmo com as radicais transformações, as concepções de campo e de vida rural permaneceram arraigadas às idéias e imagens tradicionais. Mesmo com a população predominantemente urbana e com o imperativo dos novos modos de vida, a literatura inglesa, por exemplo, permaneceu rural durante amplo período. Ainda no século XX, numa Inglaterra industrializada e urbanizada, a interpretação de campo e cidade ainda se remetiam a alguns modelos já superados (WILLIAMS, 1989).

Williams (1989) narra algumas de suas experiências familiares entre o campo e a cidade. A divisão do tempo de seu pai entre dois empregos, um na cidade e outro no campo, pois nascera para a terra, mas não podia viver dela; a visita aos tios nos feriados que fazia com que passassem do campo para a cidade; a sua chegada à universidade.

A cidade, relata Williams (1989), exerceu grande encantamento sobre ele. Os sentimentos que ele tinha em relação a ela eram de espanto e admiração com tantas coisas, tantas luzes, tantos encontros e possibilidades infundas. Para ele seus sentimentos estavam tão comprometidos com a cidade quanto com o campo: “[...] um sentimento tão permanente quanto aqueles outros que experimento quando, do alto de uma montanha, contemplo a grande colcha de retalhos multicolorida dos campos que gerações de pessoas de meu sangue limpam e demarcaram com sebes[...] (p.17).

Foi na cidade também que o autor tem um encontro com a concepção cidadina sobre o campo, ele se depara com teorias que tentavam explicar suas experiências.

[...] eu vim de uma aldeia para uma cidade: para ser ensinado, aprender; entregar fatos pessoais, incidentes de uma família, a um registro geral; aprender dados, conexões, perspectivas diferentes. Se os muros das faculdades eram como os dos parques que contornávamos quando crianças, sem poder entrar, agora havia um portão, uma entrada e, no final, uma biblioteca: um registro direto, que cabia a mim aprender a usar. Relembro agora, com ironia, que foi apenas depois de chegar à faculdade que conheci, através de gente cidadina, dos acadêmicos, uma versão influente do que realmente representava a vida

campestre, a literatura campestre: uma história cultural preparada e convincente. Li também coisas correlatas, em livros eruditos e em obras escritas por homens que saíram de escolas particulares para ir trabalhar numa fazenda, e por outros que foram criados em aldeias e agora são escritores do campo – todo um conjunto de livros e periódicos, notícias em jornais: a vida campestre. E me vejo fazendo a mesma pergunta, por causa da história: onde me situo em relação a esses escritores – num outro campo ou nesta cidade que dá valor às coisas? (WILLIAMS, 1989, p. 17-18).

Essa fala parece-me ilustrativa à concepção da cidade como lócus de cultura, saber e conhecimento. É a cidade que apresenta para Williams (1989), uma definição e um estudo sistematizado sobre o campo através dos escritos literários que nela se encontra, o que posteriormente se constituem como material de análise do autor.

Nesses exames, Williams (1989) observa que o mito de um passado mais feliz, contrastado com a realidade vivenciada naquele momento, também permeia as obras de diversos autores ingleses, quando confrontados com os problemas urbanos advindos do inchaço das cidades. Por mais que se recuasse no tempo, a crítica à sociedade vigente e o louvor aos tempos de outrora estavam sempre presentes.

Nesse sentido, o rural é evocado com saudosismo, como um modo de vida melhor, mas “morto” pelo advento da urbanização. Um passado rural mais feliz associado à inocência é sempre lembrado nos poemas ingleses analisados por Williams (1989). O campo constantemente aparece associado à natureza e a cidade à mundanidade, sendo o contraste o cerne das representações.

Segundo Williams (1989), o contraste retórico se cristalizou com Roma, momento em que a cidade ganha o status de organismo independente e mostra-se o oposto do campo. Enquanto que na cidade há ganância, no campo há inocência e quem se apresentasse cansado da primeira, poderia encontrar abrigo no último.

Essa vida fervilhante, de lisonja e suborno, de sedução organizada, de barulho e tráfego, com ruas perigosas por causa dos ladrões, com casas frágeis e amontoadas, sempre ameaçadas de incêndio, é a cidade como algo autônomo, seguindo seu próprio caminho (WILLIAMS, 1989, p. 70).

O campo é o refúgio de tudo isso. É o remédio para as feridas causadas por uma vida dissoluta na cidade. Ele não é mais o lugar do trabalhador rural, mas do habitante desocupado, cansado da cidade, tem uma atribuição terapêutica e temporária.

Idealiza-se não a economia rural, do passado ou do presente, mas sim uma casa de campo comprada, ou um “encantador refúgio na costa”, ou mesmo “uma árida ilha costeira”. Isso, portanto, não é um sonho rural, e sim suburbano. E se coloca em reação direta à corrupção interna da cidade [...] (WILLIAMS, 1989, p. 70).

É, numa comparação contemporânea, o “novo rural”, que surge como uma demanda da cidade, para responder e saciar uma necessidade dos habitantes citadinos. Concomitante a essa versão idealizada, o campo continua sendo inferior à cidade e o ideal urbano continua sendo celebrado, contudo, os aspectos negativos impulsionam os moradores da cidade a buscarem momentos de fuga. Nesse ínterim, a cidade prossegue enaltecida, considerada como produtora de cultura e como prova da ilimitada capacidade humana, o campo é colocado à sua sombra, como exemplo de limitação e ignorância, mas também de tranquilidade e refrigério.

3.2 Brasil: O campo de “Jeca” e “Chico”

Voltando o olhar especificamente para o Brasil, Ianni (2002) traz uma interessante discussão quanto aos tipos e mitos do pensamento brasileiro. Esse autor, assim como os demais que usarei aqui, não tratam diretamente das representações de campo e cidade, mas falam de imagens e figuras humanas criadas numa sociedade em busca de definição.

Ianni (2002) afirma que nós, sociedade brasileira, ansiamos por encontrar nossa fisionomia, nosso conceito, mas ao mesmo tempo essa busca se divide com o entendimento de que o Brasil é “[...] uma constelação de tipos, com alguns dos quais se constroem tipologias, sendo que, em alguns casos, desdobram-se em mitos e mitologias” (p.180). Nesse movimento são criados personagens reais e fictícios, imagens que representam grupos, dissociadas de contexto, processos, relações. A complexa realidade é resumida em símbolos e, como critica Ianni (2002), a história torna-se “uma coleção de figuras e figurações, ou tipos e mitos, relativos a indivíduos e coletividades, a situações e contextos marcantes, a momentos da geohistória, que se registram metafórica ou alegoricamente” (p.182).

Dentre essas imagens do brasileiro, Ianni (2002) aponta uma das mais conhecidas: a figura do Jeca Tatu, um personagem morador do campo da década de 1910. É importante lembrar que essa representação é criada num Brasil predominantemente rural e o lugar de onde o escritor fala é como um proprietário de terras e, assim, pode-se dizer que ele fala de uma posição privilegiada sobre o trabalhador rural.

Lima (1997) tem o Jeca e a representação do caipira⁸ brasileiro como seu foco de estudo. Ela observa, assim como Castilha (2007), que o Jeca Tatu tanto foi considerado como uma representação caricatural do

⁸ Segundo Ferreira (2008) caipira é o habitante do campo ou da roça e pode ser considerado sinônimo de matuto, caboclo, capiaú, jeca, roceiro, sertanejo.

brasileiro quanto uma crítica procedente de um proprietário capitalista de terras. O Jeca, assim, é um caboclo preguiçoso, apático, atrasado e responsável pelo atraso do país, uma criação estereotipada de grande força simbólica que busca realçar os contrastes entre o interior e o litoral, entre o Brasil moderno e o arcaico, temas recorrentes no pensamento social brasileiro à época.

De acordo com Lima (1997), pelo menos três tipos de representação, associadas a tendências literárias, já designaram os modos de vida e os tipos humanos das áreas rurais brasileiras. Recebendo influências dessas tendências, os escritores ora tendiam para uma visão do caipira como figura idealizada do ser humano em harmonia com a natureza⁹, ora inclinavam-se para uma representação do caipira como obstáculo ao progresso, como símbolo de um Brasil passado.

A temática da preguiça do homem do campo aparece claramente nos contos de Monteiro Lobato publicados em jornais de São Paulo e posteriormente compilados na obra *Urupês*. No conto *Velha Praga*, é possível constatar:

O caboclo é uma quantidade negativa. Tala cinquenta alqueires de terra para extrair deles o com que passar fome e frio durante o ano. Calcula as sementeiras pelo máximo da sua resistência às privações. Nem mais, nem menos. “Dando para passar fome”, sem virem a morrer disso, ele, a mulher e o cachorro – está tudo muito bem; assim fez o pai, o avô; assim fará a prole empanzinada que naquele momento brinca nua no terreiro. Quando se exaure a terra, o agregado muda de sítio. No lugar fica a tapera e o sapezeiro. Um ano que passe e só este atestará a sua estada ali; o mais se apaga como por encanto. A terra reabsorve os frágeis materiais da choça e, como nem sequer uma laranjeira ele plantou, nada mais lembra a passagem por ali do Manoel Peroba, do Chico Marimbondo, do Jéca Tatú ou outros sons ignaros, de dolorosa memória para a natureza circunvizinha (LOBATO, 1968).

O próprio vocábulo urupês designa uma espécie de fungo parasita¹⁰ e na obra relaciona-se ao estabelecimento do caboclo, do caipira na terra. Ele é o próprio parasita e não se esforça para ter uma vida mais próspera, além disso, em oposição ao que os escritores do romantismo defendiam, ele é trazido por Lobato (1968) como um inimigo da natureza, que pratica queimadas, um “piolho da terra”. O ápice da obra *Urupês* é o aparecimento do Jeca Tatu, que, segundo Chianca (2007), “se torna a referência fundamental das definições pejorativas do homem rural nas cidades”.

O surgimento desse personagem lobatiano e as mutações que sofreu ao longo das décadas precisam ser compreendidos em seu contexto. Park (1999) aponta que o século XX é inaugurado no Brasil com a preocupação de se debater as teorias raciais, com o objetivo de descobrir o que impedia o desenvolvimento e o progresso da nação. O aprimoramento da população brasileira, baseado em um discurso médico, sanitário e educativo era um item em pauta e a possível solução para o problema do atraso brasileiro.

⁹ Lima (1997) destaca o escritor José de Alencar como ícone dessa perspectiva romantizada do caipira.

¹⁰ Segundo Park (1999) “o caboclo aparece como sombrio cogumelo, no pau podre e úmido.”

Como já sinalizado, em 1912, Monteiro Lobato morando e convivendo com os empregados na fazenda que herdara de seu avô, cria o “Jeca-Caboclo”, caracterizado por ele como um homem inútil, semi-nômade, um parasita da terra, responsável pelas queimadas, representante de um campo atrasado, arcaico. O personagem aparece pela primeira vez no Jornal O Estado de São Paulo em 1914 e sua boa repercussão rende a Monteiro Lobato colaborações constantes para o Jornal (PARK, 1999).

O sucesso de seus artigos, o lançamento do livro *Urupês* e a divulgação do Jecatatzinho, através de um folheto médico educativo, resultaram na publicação em 1920 do primeiro almanaque de Monteiro Lobato para o Laboratório Fontoura, o *Almanaque Biotônico Fontoura*.

Aquele Jeca Tatu, parasita, passa a ser tratado no *Almanaque Biotônico Fontoura* - amplamente distribuído, inclusive nas escolas – como alguém que podia regenerar-se através da saúde e educação. O Jeca feio, sujo, preguiçoso, mal-cuidado e ignorante, apresentado anteriormente, tinha solução e ela estava sendo apregoada pelo almanaque de Monteiro Lobato, que segundo Park (1999) foi o responsável por incorporar o Jeca no imaginário brasileiro.

Lima (1997) e Park (1999) declaram que Monteiro Lobato muda a direção de seu personagem após ter contato com a campanhas sanitaristas que ocorrem fortemente no Brasil entre 1916 e 1920. No entanto, é preciso esclarecer que apesar do personagem fluido (PARK, 1999), Lobato não desconstrói a imagem do Jeca anterior, este continua sendo o caboclo indolente, o que o literário faz é tentar explicar sua vida parasitária à luz da medicina, defendendo que ele poderia ser sarado pela instrução.

A regeneração ou ressurreição do Jeca Tatu inscreve-se numa nova perspectiva do autor de *Urupês* olhar para o problema de integração do homem do interior. O diagnóstico sobre a preguiça do caboclo mudara, às doenças, reveladas à nação através dos relatórios das viagens dos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior, cabia a responsabilidade pela situação de miséria e indigência em que se encontrava o caboclo. A frase que sintetiza essa espécie de ‘conversão’ de Lobato ao ideário sanitarista é bastante conhecida e serve de epígrafe para *Problema Vital*: ‘O Jeca não é assim: está assim’ (LIMA, 1997, p.12).

A mesma autora ainda aponta que na segunda edição do livro *Urupês*, Monteiro Lobato, já associado à Indústria Fontoura, escreve um pedido de perdão ao Jeca, em uma nota explicativa: “E aqui aproveito o lance para implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que eras assim, meu Tatu, por motivos de doença. Hoje é com piedade infinita que te encara quem, naquele tempo, só via em ti um mamparreiro de marca. Perdoas?” (LOBATO apud LIMA, 1999, p. 12).

Percebo aqui que, sob um discurso científico, oposto as credices populares, Monteiro Lobato encontra as razões para a inferioridade do Jeca e vai criando novos escritos, com um Jeca higienizado, fortificado, seguidor das prescrições médicas. Lobato e sua obra se adequam perfeitamente àquele momento histórico, marcado pela busca irrefreada de progresso através do aperfeiçoamento da raça. A educação era o veículo

através do qual essa ideologia podia atingir as massas e por isso mesmo o Almanaque Biotônico Fontoura teve a escola como seu público alvo.

Park (1999) observa que havia uma pregação de que para alcançar a cura e o ideal de coesão de um único povo brasileiro rumo à civilização era preciso levar higiene ao campo, preparando o camponês para uma vida futura como operário, a educação, nesse sentido, “poderia e deveria aperfeiçoar a raça, higienizando, para não deixar vestígios de diferenças, tornando os corpos dóceis” (p.144).

No contexto desse discurso, o novo Jeca, ressurreto, narrado para crianças, torna-se produtivo, rapidamente passa a dono da fazenda – ultrapassando seu vizinho italiano, moderniza suas lavouras e aprende a falar inglês. O novo empresário rural tem responsabilidade social e torna-se um apregoador dos hábitos de higiene e da importância da educação (LIMA, 1997).

Assim, tudo indica que a modernização tão almejada pode ser alcançada com uma intensa higienização promovida pela medicina e pela educação. Os efeitos da inserção do modo de produção capitalista no campo são vistos como a salvação do país e o fim da miséria material e intelectual, enquanto a manutenção no campo de um modo de vida tradicional é indício da permanência do fracasso.

Como já apontei, o Jeca é um personagem bastante fluido, e sua última fase é marcada pela associação de Lobato com o Partido Comunista, o que traz uma alteração ideológica substancial e a aparição do Zé Brasil. O Jeca do final da década de 1940 é uma representação das vítimas do capitalismo, do latifúndio e isso o faz o Jeca ser o que é: pobre, nômade, doente etc. (PARK, 1999). Segundo Fressato (2008) é esse Jeca - um caipira cuja preguiça era uma resposta consciente às práticas capitalistas - que aparece mais fortemente no filme Jeca Tatu do cineasta Amácio Mazzaropi na década de 1950.

Mesmo com essa nova direção do pensamento de Monteiro Lobato, Lima (1997) entende que isso foi inútil no sentido de apagar a força simbólica exercida pelas duas primeiras fases do Jeca Tatu, o que o constituiu como uma representação do homem rural. Castilha (2007, p.73) diz que o “sentido atribuído por Lobato ao trabalhador rural parece estar dentro da memória discursiva do senso comum.” O Lobato proprietário de terra criou um caipira e mesmo que tenha, de certa forma, tentado se livrar dele não conseguiu, pelo contrário contribuiu decisivamente para a constituição de uma imagem pejorativa do camponês que permanece até os dias atuais. Cardoso apud Castilha (2007, p.73) contribui nessa direção:

Os sentidos de seu ‘caipira’ puderam significar e produzir outros pela existência de uma memória, condição do dizível. Lobato fala de um lugar marcado, de uma certa posição de classe: a privilegiada classe dos proprietários ou donos do capital, no caso, proprietários de terra, fazendeiros, que, na história de nosso país, detiveram por um longo espaço de tempo não somente a posse dos latifúndios como também a hegemonia política do país. Foi um discurso de poder que tornou os sentidos de Lobato viáveis, ignorando-se o longo processo histórico de exclusão social, de que tem sido vítima o trabalhador rural.

Chianca (2007, p. 47) afirma que após o Jeca surgem outros personagens que reforçam a imagem dominante do caipira, influenciando as representações sociais sobre o homem do campo. Esses personagens estão no cinema, na telenovelas, na literatura, etc., e são fortemente inspirados pelo Jeca Tatu, mesmo que essa relação não seja admitida explicitamente.

Uma dessas criações é o Chico Bento, que mostra a ambigüidade da representação citadina do homem rural. Ao mesmo tempo que ele conquista por sua simpatia e simplicidade, é também “obtusos, ignorante, incapaz de responder às mínimas exigências da escolaridade; de outro lado, identificamos nele dotes louváveis: amigo, filho amoroso, defensor da natureza, criança de bom coração e boa índole” (SILVA apud CHIANCA, 2007, p.47).

Cório (2006) diz que, criado por Maurício de Sousa na década de 1960, Chico tornou-se popular através das revistas em quadrinhos, que começam a ser publicadas a partir de 1970, o que o consagrou como um “herói caipira” que se encontra entre o tradicional e o moderno (CÓRIO, 2006, p.125).

O personagem em questão simboliza o brasileiro que vive no campo, suas características falam do amor à natureza - através do cuidado com a terra e com os animais, a tranqüilidade e simplicidade propiciadas pelo ambiente rural, a religiosidade etc. As roupas e o próprio nome do personagem têm seus significados subjacentes.

Conforme aponta Cório (2006, p. 119), nas histórias do Chico Bento não há uma oposição ou força opositora, necessária ao desenrolar de um enredo, materializada através de uma personagem. A oposição só aparece simbolizada pela falta de pressa, pela dificuldade em conviver na cidade em época de férias, pelo adoecimento de amigos ou animais.

Maurício de Sousa, cujas criações se caracterizam pela humanidade dos personagens, construiu Chico Bento a partir das histórias que ouviu sobre seu tio-avô, sendo, portanto, Chico Bento, a sua representação de homem do campo. Cório (2006) acredita que Chico como um arquétipo do Jeca Tatu, reelabora a identidade do povo brasileiro e ao mesmo tempo é portador de uma mensagem universal, ecológica, de amor a natureza.

É visto como um matuto, um contador de ‘causos’, dança quadrilhas nas festas juninas, convive com mulas - sem - cabeças, usa roupas ‘puídas’ e chapéu de palhas. [...] Chico Bento representa a pureza, a simplicidade e a ‘falta de pressa’ que podem caracterizar algumas pessoas que moram no Brasil. Mora numa casa simples de um sítio perto de uma vila, com uma igreja, pracinha, coreto, escola rural, poucas casas e nenhum carro nas ruas. Um ambiente calmo e tranqüilo onde todos se cumprimentam e se conhecem pelos nomes. Chico anda de pés no chão, chapéu de palha e calça curta. [...] Representa o bucólico: seu ideal de vida preserva as belezas do cenário rural, a ingenuidade dos costumes, o cotidiano tranqüilo em contato com a natureza, e seu ambiente é um mundo imaginário de paz e felicidade em contraste com a vida urbana (CÓRIO, 2006, p.128-129).

Com uma breve observação do personagem Chico Bento e também dos demais que compõe sua turma –, Rosinha, Zé da Roça, Hiro, Zé Lelé, é possível perceber os fios que perpassam a todos eles, assim como aos enredos e aos cenários. Esses fios, posso dizer, originam-se no choque entre o moderno e o arcaico, e são a vida rural idealizada, a exaltação dos valores tradicionais e familiares, mas, concomitantemente, a relação entre campo e atraso intelectual, a ignorância científica.

Mesmo que no personagem de Maurício de Souza, diferentemente do Jeca Tatu, as virtudes do homem do campo sejam ressaltadas, os estereótipos se mantêm e a oposição entre campo e cidade pode ser facilmente detectada nas histórias. Procópio (2005) afirma que numa observação superficial de 155 números dos quadrinhos de Chico Bento, foi possível encontrar que o confronto entre campo e cidade é uma das temáticas mais recorrentes da revista, ao lado da vida escolar de Chico.

Frente a essas questões, acredito na intencionalidade ideológica da criação Chico Bento e em sua contribuição na representação social referente ao campo numa época em que o Brasil vivenciava fortemente o processo de modernização, especialmente da agricultura, caracterizado pelo auge do êxodo rural fortemente ocorrido nas décadas de 1960/1970.

Nesse sentido, Procópio (2005) colabora ao defender que as histórias em quadrinhos abordam questões científicas, filosóficas e artísticas e a análise da revista desse personagem aponta para um modelo ou para referências do campo trabalhadas pelos meios de comunicação. Os quadrinhos do Chico vêm, assim, difundindo-as novamente, numa espécie de círculo vicioso. Tal representação do campo e do modo de vida rural chega especialmente até as crianças, público alvo, a priori, do criador de Chico Bento. Não obstante, este não é, de forma alguma, o único meio pelo qual as crianças tem acesso às representações relacionadas ao campo. As novelas, os filmes, os seriados, o espaço escolar, os materiais didáticos, o conhecimento popular repassado de uma geração a outra etc também são produtores e reprodutores de representações sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. As transformações capitalistas na agricultura e a questão agrária. s/d. Disponível em: <www.artigocientifico.com.br>. Acesso em: 05 fev.2008.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 2, p.123-151, ago. 2007. Disponível em: <www.campoterritorio.ig.ufu.br>. Acesso em: 05 fev. 2008.

BERNADELLI, Maria Lúcia Falconi Da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (orgs) **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CASTILHA, Leandro Dalcin. A construção de um sentido de “caipira” no “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato. **Espaço Plural**. Ano VIII. N.16, p.71-74, 2007.

CHIANCA, Luciana de Oliveira. Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa. **Sociedade e Cultura**: Revista de Ciências Sociais. Goiânia, V.10, n.001, p.45-59, jan/jun, 2007

CORIO, Maria de Lourdes Dela Fáveri. **O personagem “Chico Bento”, suas ações e seu contexto: um elo entre a tradição e a modernidade**. 2006 - 176p. Dissertação de Mestrado. Universidade de Marília, Marília, 2006.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Mini Aurélio**. 7.ed. Curitiba: Positivo, 2008.

FRESSATO, Soleni. O caipira Jeca Tatu: Uma negação da sociedade capitalista? Representações n cinema de Mazzaropi. In: IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura.-ENECULT, 2008, Salvador-BA. Anais do In: IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura.-ENECULT, 2008

IANNI, Octavio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. **Sociologias**. Porto Alegre. Ano 4, nº 7, jan/jul 2002.

JODELET, Denise. Representações Sociais: Um domínio em expansão. In: _____(org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LIMA, Nísia Trindade. Jeca Tatu e a representação do caipira brasileiro. In: XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1997. Caxambu. Anais do XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1997.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1968

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PARK, Margareth Brandini. De Jeca Tatu a Zé Brasil: a possível cura da raça brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**. P.143-150. Out/1999.

PROCÓPIO, Mariana R. . Chico Bento: Uma análise das práticas educativas rurais e dos valores do campo difundidos pelo personagem de Maurício de Sousa. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM, 2005, Rio de Janeiro-RJ. Anais XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no estado do rio de Janeiro: Algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (orgs) **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Infobook, 2002.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território**: revista de geografia agraria, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.82-106, fev. 2006. Disponível em: <www.campoterritorio.ig.ufu.br>. Acesso em: 05 fev. 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Régis Ricci. A territorialização do capital e as relações camponesas de produção. **Campo-território**: revista de geografia agraria, Uberlândia, v. 2, n. 3, p.40-54, fev. 2007. Disponível em: <www.campoterritorio.ig.ufu.br>. Acesso em: 05 fev. 2008.

SOBARZO, Oscar. O rural e o urbano em Henri Lefebvre. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo**: Relações e Contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VEIGA, José Eli. Cidades Imaginárias. In: _____. **Cidades Imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.